

UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA DA ORDEM DE PALAVRAS NO PORTUGUÊS FALADO¹

Erotilde Goreti PEZATTI²

- RESUMO: O presente trabalho trata do valor funcional das duas ordens de palavras naturais do português falado: SV(O) e VS. A ordem SV(O), que representa a relação tópico – comentário, implica transitividade relativamente alta. Em consequência, constitui geralmente a porção de figura do discurso, contribuindo, assim, para a progressão discursiva. A ordem VS, por sua vez, que apresenta apenas o comentário, implica baixa transitividade. Conseqüentemente constitui a porção de fundo, contribuindo, assim, para a montagem do cenário discursivo. As duas ordens configuram, portanto, juntamente com o grau de transitividade, marcas do relevo discursivo.
- PALAVRAS-CHAVE: Ordem SV(O) e VS, tópico-comentário; transitividade; relevo discursivo; figura-fundo; coda.

1. Enfoque teórico

Tendo este volume como tema central o funcionalismo em lingüística e sendo este trabalho uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado, nada mais natural que se reservem algumas linhas para esclarecer os pressupostos principais dessa posição epistemológica atualmente denominada funcionalismo em lingüística.

A lingüística é uma disciplina científica cujo desenvolvimento recente demonstra rápidas e sucessivas mudanças no seu modo de fazer pesquisa. Nos anos 70, predominava tão maciçamente o modelo teórico da chamada versão “padrão” da gramática transformacional que não parecia possível trabalhar a sintaxe de uma língua fora de seus parâmetros de investigação, ainda que para muitos pesquisadores

1. O presente trabalho é uma discussão resumida do assunto amplamente discutido na tese de doutorado da autora. Ver Pezatti, 1992.

2. Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

chamasse a atenção o enfoque excessivamente formalista da tendência gerativo-transformacionalista.

Não demorou muito para que o desacordo aparecesse aqui e ali. Fillmore, já em 1968, enfatizava a relevância das funções semânticas na descrição gramatical; Keenan (apud, Dik, 1981) defendia a idéia de que só seria possível formular generalizações transsistêmicas em termos de noções funcionais. Em vários estudos derivados da gramática relacional de Perlmutter e Postal, funções gramaticais constituem primitivos teóricos. Correntes funcionalistas atuais (Dik, Halliday, Chafe, Li, Thompson) reabilitaram várias idéias da Escola de Praga a respeito da pertinência das funções pragmáticas, que haviam sido deixadas no ostracismo como princípios estruturalistas superados.

Cuidadosos ao extremo com relação a questões epistemológicas que tocam em aspectos cardeais do procedimento científico, como a natureza e a delimitação do objeto de estudos e os graus de abstração no fazer científico, os lingüistas parecem ser tão ágeis na superação de paradigmas teóricos quanto na reabilitação, com modificações, de tendências superadas, como o funcionalismo.

Pode-se afirmar, generalizando bastante, que é possível hoje distinguir duas abordagens – alternativas, para uns, complementares, para outros – do objeto de investigação, geralmente denominadas formal e funcional. Vamo-nos ater a aspectos gerais dessas abordagens, que se podem classificar, à moda de Labov (1987), em três áreas: posições teóricas específicas, política geral e posições ideológicas.

No que se refere às posições teóricas específicas, o enfoque formalista considera a linguagem um objeto abstrato, configurado num conjunto de sentenças, tendo a gramática o papel de caracterizá-lo em termos de regras formais da sintaxe, aplicadas independentemente dos mecanismos semânticos e pragmáticos possíveis dos enunciados descritos. Embora a gramática seja caracterizada como um meio de relacionar som e sentido, ela é definida como um sistema autônomo que não se reduz a nenhum dos dois níveis envolvidos. Num enfoque formalista, a prioridade metodológica é da sintaxe em relação à semântica, e desta em relação à pragmática. O princípio que rege essa escala baseia-se no fato de que, somente depois que o sistema de regras formais, de natureza sintática, tiver sido bem estabelecido, é possível estudar o significado das estruturas sintáticas abstratas e os usos delas em circunstâncias reais de comunicação. É óbvio que pontifica no enfoque formal a lingüística chomskyana.

O enfoque funcionalista, por outro lado, entende que a linguagem se define, essencialmente, como um instrumento de interação social empregado por seres humanos com o fim primário de estabelecer relações de comunicação entre interlocutores reais. O objetivo do enfoque, por conseguinte, é revelar a instrumentalidade da linguagem em termos de situações sociais. A interação verbal é uma forma de atividade cooperativa estruturada em termos de regras sociais, normas ou convenções. As expressões lingüísticas, instrumentos usados nessa forma de atividade cooperativa estruturada, são, elas próprias, também sistemáticas e estruturadas, no sentido de que são regidas por regras. Nesse caso, regras de interação social e regras lingüísticas

constituem, juntas, o sistema lingüístico subjacente à interação verbal. A lingüística deve incluir, da perspectiva funcionalista, dois tipos de regras, ambos de natureza social: por um lado, as que governam a interação verbal como uma forma de atividade cooperativa, de natureza pragmática; por outro, as que regem expressões lingüísticas estruturadas, que funcionam como instrumento da atividade pragmática, de natureza lingüística propriamente dita – são as regras semânticas, sintáticas e fonológicas (Dik, 1981).

Dik entende que as regras propriamente lingüísticas devem ser consideradas instrumentais com relação aos objetivos comunicativos da interação verbal. Sendo assim, o compromisso principal do enfoque funcionalista é descrever a linguagem não como um fim em si mesmo, mas em termos dos requisitos pragmáticos da interação verbal (Dik, *op. cit.*, p. 2). Desse princípio geral decorre uma diferença importante entre os dois enfoques, no que concerne à relação entre sintaxe, semântica e pragmática, as três dimensões constitutivas da linguagem. No enfoque funcionalista, ao contrário do formalista, a pragmática representa o componente mais abrangente, no interior do qual devem-se estudar a semântica e a sintaxe: a semântica é dependente da pragmática e a sintaxe da semântica. Como bem se observa, uma mudança radical na direção das prioridades metodológicas.

Além desses aspectos, derivados do que Labov classifica como posições teóricas específicas, e relacionados à definição da linguagem, que se vincula, por sua vez, à definição de sua função primária e ao aspecto da prioridade metodológica que se dá a seu estudo, é importante levantar uma questão de política geral, relacionada ao estudo da estrutura da linguagem e seu uso. Enquanto o enfoque formalista prioriza lógica e metodologicamente o estudo da competência (ou língua-I) em detrimento do estudo do desempenho (ou língua-E), o funcionalista considera princípio fundamental subordinar o estudo do sistema lingüístico ao uso. Desse posicionamento teórico deriva-se um outro, baseado na relação entre linguagem e contexto social: para o enfoque formalista, as sentenças de uma língua devem ser descritas independentemente do contexto situacional em que forem empregadas; já o enfoque funcionalista considera por princípio a necessidade de descrever expressões verbais relativamente a seu funcionamento em contextos sociais específicos.

Distinguem-se ainda os dois enfoques a partir de um outro aspecto, derivado da diferença na posição ideológica que mantêm a respeito da aquisição da linguagem e de universais lingüísticos. O enfoque formalista considera que a criança constrói a gramática da língua que aprende com base em propriedades inatas, caracterizadas, por sua vez, como universais lingüísticos. O enfoque funcionalista considera, ao contrário, que a criança desenvolve o sistema lingüístico subjacente ao uso, mediante exposição a um conjunto altamente estruturado de dados em contextos naturais. Segue-se daí que os universais devem ser explicados em termos de condições próprias dos objetivos da comunicação, da constituição psicológica e biológica dos falantes e do contexto situacional em que se usa a língua.

Como observamos, em termos de política geral, o enfoque funcionalista entende que a linguagem se define, essencialmente, como um instrumento de interação social empregado por seres humanos com o objetivo primário de transmitir informação entre interlocutores reais. Labov (op. cit.) procura desenvolver o aspecto relacionado à espécie de informação que essa noção geral abrange. Considerando que a variação de informação depende especificamente da extensão do contexto lingüístico que se leva em conta, distingue o autor uma série de posições funcionais, cada qual abrangendo o contexto progressivamente mais amplo, para explicar a natureza da linguagem.

Pode-se iniciar, então, pela abordagem de Martinet (apud Labov, 1987), que diz respeito à eficiência comunicativa das unidades estruturais. Essa perspectiva inclui elementos lingüísticos, de nível fonológico e morfológico com base em relações paradigmáticas, que definem a função de unidades lingüísticas segundo seleções que excluem um número de elementos da mesma classe. Desse modo, as explicações funcionais tratam, aqui, de mudanças no sistema de oposições que, alterando o número de outras unidades a que se opõe um dado elemento, conseqüentemente, alteram sua carga funcional.

Incluem-se, em seguida, dentro do enfoque funcionalista, as condições de distintividade semântica de Kiparsky (apud Labov, op. cit.). Dentre elas, Kiparsky propõe uma condição funcional restringindo regras de mudança lingüística, segundo a qual há uma tendência para reter informação semanticamente relevante na estrutura superficial. O conceito de função não se refere à oposição entre as unidades do sistema, mas a uma relação direta entre uma dada forma e seu significado referencial. Essa restrição funcional tem sido demonstrada freqüentemente pela teoria lingüística. Flores, Myhill e Tarallo (apud Tarallo, 1990), empreendendo uma análise da perda do /s/ plural no espanhol porto-riquenho, demonstram que o sistema lingüístico em questão permite o avanço da mudança, rumo à supressão de pluralidade, nos casos em que há menos neutralização da oposição gramatical entre singular e plural. Scherre observa que, similarmente, o português brasileiro permite a supressão, mas garante a distinção funcional, preservando a marca de pluralidade na primeira posição do sintagma nominal, geralmente ocupada por um determinante (apud Tarallo, op. cit.).

O outro conceito de função que Labov distingue refere-se à motivação discursiva da estrutura sentencial desenvolvida por Halliday (apud Labov, op. cit.), muito vinculada à perspectiva funcionalista da Escola de Praga, com base na oposição entre dado *versus* novo e tema *versus* rema: um dos sistemas da gramática polissistêmica de Halliday é a organização informacional que relaciona estruturas de uma sentença a estruturas de outra. Também se inclui aí a perspectiva funcional da sentença de Kuno (apud Labov, op. cit.), que desenvolve esses conceitos em relação à sintaxe.

A explicação da estrutura sintática por princípios comunicativos é outro aspecto dentro da abordagem funcionalista, extremamente relacionado à abordagem de Halliday e Kuno. Labov inclui aqui os princípios comunicacionais propostos por Givón (1979, apud Labov, op. cit.) que governam a forma da estrutura da linguagem:

dinamismo comunicativo, grau de planejamento, monitoramento face-a-face, conhecimento pragmático compartilhado e outros parâmetros.³

Parece óbvio que o enfoque funcionalista, cujos princípios foram discutidos acima, em confronto com o enfoque formalista, tem muito mais a ver com os dois últimos princípios, por meio dos quais Labov procura distinguir os vários conceitos de função informativa no processo de interação verbal. Aqueles são exatamente os que definem o princípio metodológico de que a dimensão pragmática é o subsistema mais abrangente, no interior do qual os subsistemas semântico e sintático devem ser estudados. Metodologicamente, portanto, a semântica é dependente da pragmática e a sintaxe, da semântica.

Por detrás das diferentes tendências arroladas por Labov, podem-se verificar os três conceitos do termo *função* definidos por Garvin (apud Dillinger, 1991, p. 399): função pode designar as relações (a) entre uma forma e outra (função interna), (b) entre uma forma e seu significado (função semântica) ou (c) entre o sistema de formas e seu contexto (função externa). O sentido de (a) tem a ver com a posição teórica de Martinet, o de (b) com a de Kiparsky e o de (c) com as demais posições teóricas.

A teoria funcionalista da gramática objetiva fornecer meios e princípios por meio dos quais seja possível desenvolver gramáticas funcionais de línguas particulares, especificando todas as expressões lingüísticas de um sistema ou subsistema verbal mediante um sistema de regras que incorpore as generalizações mais significativas e pertinentes. Dessa forma, entende Dik (op. cit.) que uma gramática funcional deve conformar-se a três princípios de adequação explanatória, especialmente de natureza descritiva: adequação pragmática, adequação psicológica e adequação tipológica.

Como a gramática funcional inclui-se, por definição, numa teoria pragmática de linguagem mais abrangente, tendo a interação verbal como objeto de análise, constitui uma de suas tarefas revelar as propriedades das expressões lingüísticas em função da descrição das regras que regem a interação verbal.

A adequação psicológica define a compatibilidade entre a descrição gramatical e hipóteses psicológicas fortemente evidentes a respeito do processamento lingüístico, em termos de princípios e estratégias que determinam a maneira como as expressões lingüísticas são percebidas, interpretadas, processadas, armazenadas, recuperadas e produzidas.⁴

O terceiro requisito metodológico para uma teoria funcional da linguagem – o da adequação tipológica – diz respeito ao fato de que, além de ser capaz de fornecer gramáticas para línguas tipologicamente diferentes, ela deve, ao mesmo tempo, explicar as similaridades e as diferenças entre os diferentes sistemas lingüísticos. Dik

3. Labov inclui um quinto princípio, em sua opinião, uma continuação da tradição funcionalista da Escola de Praga, representado pelo conceito de competência comunicativa de Hymes (Labov, op. cit.), ou seja, a descrição das regras para o uso social apropriado da linguagem. Mesmo a abordagem sociolingüística, interpretada como o estudo da linguagem em seu contexto social, seguramente se inclui na área funcionalista.

4. Dik não desenvolve, como assunto de discussão explícita, o princípio de adequação psicológica. Afirma, no entanto, levar em conta as principais descobertas da pesquisa psicolingüística.

faz referência aqui aos trabalhos pioneiros de Greenberg (1963) e às pesquisas mais recentes de Keenan e de Comrie, que têm contribuído para a compreensão de princípios universais subjacentes à diversidade aparente das línguas naturais. Destaca-se aí a importância metodológica das escalas hierárquicas, como uma série conectada de implicações universais, para a discussão de universais lingüísticos.

As regras de uma gramática funcional são formuladas em termos de propriedades funcionais e categoriais dos constituintes da sentença. As propriedades categoriais são características intrínsecas, não relacionais dos constituintes, ao passo que as funcionais implicam, necessariamente, uma relação de um dado constituinte com outros da construção em que ele ocorre. Sendo assim, afirmações categoriais especificam propriedades internas dos constituintes, enquanto afirmações funcionais especificam propriedades relacionais referentes à construção em que eles ocorrem.

As relações funcionais distribuem-se, por sua vez, em três diferentes níveis, que configuram funções semânticas, sintáticas e pragmáticas. As funções semânticas especificam os papéis que exercem os referentes dentro do "estado de coisas" designado pela predicação em que ocorrem, tais como *agente*, *meta*, *recipiente* etc. As funções sintáticas especificam a perspectiva da qual é apresentado o estado de coisas na expressão lingüística, como *sujeito* e *objeto*. As funções pragmáticas especificam o estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicacional mais abrangente em que eles ocorrem, como *tema*, *rema*, *tópico* e *foco*.

A forma da expressão lingüística é igualmente codeterminada por esses três níveis funcionais, e, mais especificamente, tanto a forma quanto o conteúdo semântico das expressões lingüísticas podem variar de acordo com a atribuição de funções diferentes aos constituintes em cada um dos três níveis funcionais. É essa perspectiva dos fenômenos da linguagem que adotamos neste trabalho, ao estudarmos a ordem de palavras no português falado, utilizando os dados do Projeto da Norma Urbana Culta de São Paulo (Projeto NURC/SP), contidos em Castilho & Preti, 1986, 1987 e Preti & Urbano, 1988.

2. As duas ordens

Em trabalho anterior, publicado nesta mesma revista (Pezatti, 1993), demonstramos que há duas ordens naturais de constituintes sentenciais no português falado, de acordo com o tipo de verbo. Nesse estudo, distinguimos três classes de verbos: uma de verbos transitivos (V2) e duas classes de verbos intransitivos – os não existenciais (V1~e) e os existenciais (V1e). São considerados verbos existenciais aqueles que denotam a emergência ou a existência positiva ou negativa de uma entidade, como *ser*, *ter*, *existir*, *acontecer*, *faltar*, *falhar*, *pifar*, além de verbos como *sair*, *vir*, *entrar* em construções do tipo:

- (1) *sai as briga em família*
- (2) *vinha um novo anticristo*
- (3) *na minha casa, entra muita história em quadrinho*

Com verbos transitivos e intransitivos não existenciais, a ordem predominante é sujeito-verbo-(objeto) (SV(O)) em 95,8% das ocorrências. Já os verbos intransitivos existenciais apresentam, proporcionalmente, a ordem verbo-sujeito (VS) em 94,8% das ocorrências. Desse modo, conclui-se que há duas ordens naturais e não marcadas no português oral do Brasil: SV(O) e VS, cada qual configurando respectivamente os padrões nominativo e ergativo.

Observa-se ainda que os verbos transitivos e intransitivos não existenciais apresentam geralmente como argumento sujeito um agente, beneficiário ou experienciador, ou seja, um argumento que, de alguma forma, participa do evento enunciado no verbo, sendo por isso um argumento *ativo*, a Origem do evento. No caso dos verbos transitivos, o segundo argumento é um paciente ou neutro, não participando do evento, sendo, então, um argumento *inativo*, e indica o Fim do evento.

Com relação aos verbos existenciais, nota-se que seu único argumento é também neutro ou paciente, e implica o Fim do evento, quer dizer, não é a Origem mas a Meta do evento. Tais características equipara-o ao objeto do verbo transitivo. Há, então, um alinhamento do objeto transitivo ao sujeito intransitivo existencial em oposição ao sujeito transitivo e intransitivo não existencial.

Veremos a seguir que tais similaridades não se restringem aos aspectos categoriais, mas carregam implicações pragmático-discursivas.

A relação tópico-comentário é uma estrutura conceitual que tem sido privilegiada desde o princípio pela abordagem funcionalista. A centralidade desses conceitos decorre certamente de uma necessidade teórica, nos termos em que esse enfoque privilegia na linguagem também a centralidade da função de comunicação.

DeLancey (1981) considera que uma parte significativa da estrutura semântica de uma língua constitui uma lista de cenas prototípicas, especificadas por um conjunto canônico de participantes. Uma sentença descreve um evento real ou imaginário, invocando a cena prototípica de que ela é um exemplo e identificando os papéis dos participantes com entidades existentes no universo do discurso. Na comunicação real, nem todos os aspectos do evento prototípico têm igual interesse. Assim, todas as línguas são dotadas de mecanismos para marcar a importância comunicacional relativa das várias entidades e eventos na sentença ou no discurso. Tal fato está relacionado a duas noções psicológicas, *fluxo de atenção* e *ponto de vista*, parâmetros fundamentais que contribuem para determinar o interesse relativo de várias entidades envolvidas no evento real. Esses termos são, entretanto, também aplicáveis a mecanismos lingüísticos que indicam os valores desses parâmetros na sentença. Há assim um fluxo de atenção e um ponto de vista, de ordem natural, que se referem a estratégias perceptuais, e um fluxo de atenção e um ponto de vista, de ordem lingüística, que se referem a mecanismos lingüísticos. Marcação de caso, concordân-

cia verbal e ordem dos constituintes são os marcadores principais do fluxo de atenção e do ponto de vista lingüísticos.

É o fluxo de atenção que determina a ordenação linear dos sintagmas nominais (SNs) na sentença. Os SNs na sentença são apresentados na seqüência desejada pelo falante para que o ouvinte atente para eles. Alterações de ordem como alterações de voz e topicalizações são mecanismos usados para controlar o fluxo de atenção. A base do fluxo de atenção natural é a ordenação temporal de fases do evento, de modo que a ordenação dos SNs na sentença deve refleti-la. É necessário haver motivações especiais para que o fluxo de atenção lingüístico não recapitule o fluxo de atenção natural. Quando isso ocorre, o fluxo de atenção lingüístico se torna fortemente marcado.

Um dos fatores que determinam a não-coincidência do fluxo de atenção natural com o lingüístico é o ponto de vista. Há, *a priori*, dois pontos de vista possíveis a partir dos quais se descreve uma cena: o ponto de vista de um observador desinteressado e o ponto de vista vinculado a um dos participantes. Todas as línguas presumivelmente possuem mecanismos gramaticais e lexicais que especificam o ponto de vista da sentença. O ponto de vista prototípico é o lugar do ato de fala, mas pode estar associado a um dos participantes; dessa forma, os eventos de movimento caracterizam-se por convergir para o local do ato de fala ou para um substituto contextualmente definido. Ponto de vista é fundamentalmente uma noção dêitica: havendo, no evento, a presença da primeira ou segunda pessoas, o ponto de vista mais natural para a sentença será o delas. O SN identificado como sujeito de uma sentença caracteriza-se por constituir, ao mesmo tempo, o ponto de vista e o ponto de partida do fluxo de atenção lingüísticos.

O fluxo de atenção lingüístico segue geralmente a ordem natural da Origem para a Meta, por isso não é arbitrário o fato de ser a seqüência sujeito-objeto a ordem mais comum de palavras nas línguas humanas. O fluxo de atenção na sentença transitiva parte do agente (Origem) para o paciente (Meta); e nos eventos de percepção, o ponto de partida é o experienciador e o elemento percebido, Meta.

O ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico é o elemento mais à esquerda na sentença, e será por nós denominado, de agora em diante, *tópico*, sendo o restante, o *comentário*, a informação relativamente mais importante ou saliente num dado contexto (o foco, segundo Dik).

As estruturas sentenciais de ordem sujeito-verbo-(objeto) (SV(O)) indicam, então, eventos que começam linearmente num ponto do espaço (Origem) e subseqüentemente terminam num outro (Meta), entendendo-se por Origem o hiperpapel *ativo*, que inclui o agente, o experienciador e o beneficiário, e por Meta, o hiperpapel *inativo*, que implica o paciente, neutro, especificador, resultativo e receptivo (Pezatti, 1992, 1993). A ordem SV(O) representa assim a ordem natural de colocação dos constituintes na sentença, uma vez que apresenta um ponto de vista lingüístico (o sujeito) e o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico, ou seja, o *tópico*, e também o objetivo do

discurso, o *comentário*. O sujeito coincide com o tópico, e o predicado, com o comentário, a informação relevante. Assim, na oração

(4) *minha senhora chamou a mãe*

o sujeito *minha senhora* é também o tópico da sentença, e o predicado *chamou a mãe* é o comentário. O evento se inicia num ponto, o agente-Origem, e termina num outro, o paciente-Meta.

Por outro lado, estruturas sentenciais de ordem verbo-sujeito (VS) não apresentam um ponto de origem do evento; pelo contrário, apresentam apenas o Fim do evento, a Meta (argumento neutro ou paciente). Considerando-se que o fluxo de atenção linguístico parte da Origem para Meta, deduz-se que também VS constitui uma ordem natural, pois não ocorre inversão Meta para Origem; ao contrário, há a manutenção da ordem natural, cujo ponto final é a Meta. Nessas construções o verbo e seu único argumento nuclear constituem uma unidade fechada que, ao descrever uma situação, não especifica um elemento como ponto de partida ou ponto de vista. A informação é dada globalmente, como um todo; o processo é apresentado em si mesmo, independente de um ser que lhe sirva de marco ou referência. Tais estruturas apresentam, portanto, só o objetivo do discurso, o comentário, conforme demonstram os exemplos:

(5) *acontece uma série de coisas*

(6) *falta elementos técnicos*

(7) *bateu seis horas*

Essas duas ordens naturais de argumentos nucleares do verbo, sintetizando um conjunto de traços, constituem um dos recursos gramaticais do português falado utilizado para indicar o relevo discursivo, ou seja, a relação figura-fundo no discurso.

3. A relação figura – fundo

Guillaume (1966) afirma que nenhum pensamento, nenhuma ação seria possível, se a percepção apresentasse todas as estruturas possíveis no mesmo plano, sem relevo psíquico, com a mesma realidade e a mesma diferenciação. Só há percepção do objeto se existirem diferenças de intensidade entre as excitações provenientes de diversas partes do campo. Figuras coloridas apresentadas contra fundo de cor muito diferente, mas de igual claridade, são pouco visíveis, com limites flutuantes: tudo parece em movimento. Ao contrário, mesmo com tinta de cor uniforme, uma leve diferença de claridade entre figura e fundo basta para estabilizar a percepção. Todo objeto sensível não existe senão em relação a um fundo; afirmação essa que se aplica não somente às coisas visíveis, mas a toda espécie de objeto ou de fato sensível: um som destaca-se de um fundo constituído por outros sons ou ruídos, ou de um fundo de silêncio, do mesmo modo que um objeto se destaca de um fundo luminoso ou escuro. O fundo,

como o objeto, pode ser constituído por excitações complexas e heterogêneas. A parte que se destaca de um fundo é chamada figura.

O fundo não tem contornos próprios, possui caráter indefinido, informe, é uma continuidade amorfa, inorgânica, que se estende sob a figura. Esta tem, por sua vez, uma forma, um contorno, uma organização, oferecendo, por isso, mais estabilidade, mais resistência à variação. Quando a figura é mais complicada, permanece uma unidade, um todo, mas um todo articulado, composto de partes ou membros que são unidades secundárias e têm, mesmo na percepção global, não analítica, existência psicológica real; não são fragmentos recortados arbitrariamente, mas sua existência e seus limites naturais são dados com os do todo.

Desse modo, o pensamento e a comunicação humana registram o universo individual como uma hierarquia de graus de centralidade/perifericidade a fim de facilitar tanto a representação interna quanto sua exteriorização para as pessoas. Assim, os usuários da língua constroem as sentenças de acordo com seus objetivos comunicativos e com sua percepção das necessidades do ouvinte. Ou seja, em qualquer situação de fala, algumas partes do que se diz são mais relevantes que outras, destacam-se de um fundo que lhes dá sustentação. Essa parte do discurso que não contribui imediata e crucialmente para os objetivos do falante, mas que apenas sustenta, amplia ou comenta o aspecto principal é chamada *fundo (background)*. Em contraste, o material que fornece os pontos principais do discurso, a linha-mor da comunicação, chama-se *figura (foreground)*.

A porção de figura compreende o esqueleto do texto, constitui a estrutura básica, e faz o discurso progredir, enquanto a porção de fundo coloca carne no esqueleto, mas não faz parte da coerência estrutural e nem contribui para a progressão discursiva.

Constituem, portanto, a porção de *figura* as orações que apresentam as seguintes características: 1. constituem a linha principal de progressão do discurso, apresentando, então, uma ordem lógica, não necessariamente cronológica, como na narrativa; 2. conservam o mesmo sujeito, introduzindo material novo no predicado; 3. mantêm a continuidade de tópico; 4. mostram dinamicidade. Como porção de *fundo* entendem-se as sentenças com as seguintes características: 1. podem estar em qualquer lugar do discurso, sem obedecer a uma ordem lógica; 2. contribuem para a montagem do cenário, ou melhor, dão suporte para o desenvolvimento discursivo, ampliando ou comentando sua linha principal; 3. possibilitam mudança de tópico e introdução de informação nova, assim como alterações frequentes de sujeito; 4. indicam situações descritivas e estáticas e aspecto imperfectivo; 5. indicam, enfim, estado ou situação necessários para o entendimento de motivos e atitudes do falante.

As línguas possuem recursos morfológicos e sintáticos que refletem o relevo discursivo; apresentam, em outros termos, indícios que denotam se uma sentença é figura ou fundo. Esses recursos variam desde partículas discursivas, colocadas em pontos estratégicos para prevenir o ouvinte de que a oração corrente ou subsequente é fundo ou figura, até a elaboração de paradigmas verbais (tempo e aspecto) especializados para essa distinção.

Hopper & Thompson (1980) consideram que, no inglês, não é apenas um traço o responsável pela distinção figura-fundo, mas é um conjunto deles que determina a altura da sentença na escala de transitividade: tanto mais uma sentença será figura quanto mais alto for seu grau de transitividade. Há, para eles, uma alta correlação entre o relevo e o grau de transitividade da sentença.⁵

A transitividade é tradicionalmente entendida como uma propriedade global da oração inteira, de tal modo que se carrega ou se transfere uma atividade de um agente para um paciente. Assim, do ponto de vista tradicional, implica necessariamente a existência de, pelo menos, dois participantes e uma ação, de algum modo tipicamente efetiva. Hopper & Thompson (op. cit.) isolam os traços componentes da transitividade, examinando o modo como as línguas os codificam. Identificam os seguintes parâmetros de transitividade, cujo arranjo fornece uma escala em que as orações podem ser classificadas:

Parâmetros	Transitividade	
	Alta	Baixa
A. participantes	dois ou mais, A e O ⁶	apenas um
B. cinesa	ação	não-ação
C. aspecto	télico	atélico
D. punctualidade	punctual	não-punctual
E. volitividade	A volitivo	A não-volitivo
F. polaridade	afirmativo	negativo
G. modalidade	real	irreal
H. agentividade	A alto em potência	A baixo em potência
I. afetabilidade de O	O totalmente afetado	O não-afetado
J. individuação de O	O altamente individuado	O não-individado

5. Fillmore (1977) conceitua a dicotomia figura – fundo de um ponto de vista diferente. Os significados, para Fillmore, relativizam-se em cenas. Se, por exemplo, alguém diz que passou certo tempo “em terra”, sabe-se que a seleção se operou por contraste com “ao mar” e que, por conseguinte, os termos desse paradigma requerem um cenário de fundo envolvendo uma viagem marítima. É como se a descrição do significado de unidades linguísticas devesse identificar simultaneamente figura e fundo. A escolha de uma expressão ativa a cena toda (fundo) mas apresenta em perspectiva somente um aspecto ou parte de toda cena (figura). Não é exatamente nesse sentido que se tratam, neste trabalho, os conceitos de figura e fundo que, derivados da Gestalt, distinguem aquilo que o falante codifica como essencial daquilo que considera acessório (Hopper, 1979; Hopper & Thompson, op. cit.).

6. Silveira (1989, 1992) interpreta equivocadamente A e O do parâmetro participantes como agente e objeto, usados por Hopper & Thompson em referência aos dois participantes de uma oração de dois argumentos, no sentido de Dixon (1979). Se A fosse entendido necessariamente como agente, não haveria necessidade do parâmetro agentividade. Devemos lembrar que, para Dixon, A e O são categorias sintáticas respectivamente de sujeito e objeto de verbo transitivo, e não papéis semânticos de agente e paciente.

Esses parâmetros se caracterizam a partir dos seguintes princípios definidores:

(A) *participantes*: para ser efetivamente transferida, uma ação deve ter, no mínimo, dois participantes envolvidos, A e O;

(B) *cinese*: essa propriedade implica que somente ações podem ser transferidas de um participante para outro, e não estados;

(C) *aspecto*: esse traço indica que a ação é vista de seu ponto final; uma ação tética (perfectiva) é mais efetivamente transferida para o objeto que as atélicas (imperfectivas);

(D) *punctualidade*: por esse traço entende-se que a ação, transferida sem nenhuma fase transicional óbvia entre início e fim, é expressa por verbos punctuais, tendo efeito mais marcado sobre o objeto que ações inerentemente processivas;

(E) *volitividade*: essa propriedade pressupõe que o efeito sobre o objeto é tipicamente mais aparente quando o sujeito (A) é apresentado exercendo seu papel consciente e voluntariamente;

(F) *polaridade*: essa propriedade se refere à distinção entre afirmação e negação, sendo mais efetiva aquela do que esta;

(G) *modalidade*: por modalidade, entende-se a distinção entre uma codificação real e irreal do evento; uma ação que ocorre num mundo irreal é obviamente menos efetiva do que outra que ocorre no real;

(H) *agentividade*: por esse traço entende-se que participantes com alto grau de agentividade podem efetuar a transferência de uma ação, enquanto os de grau baixo não podem fazê-lo;

(I) *afetabilidade* e (J) *individuação* referem-se especificamente ao participante O (objeto). Por afetabilidade do objeto entende-se o efeito que a ação produz sobre ele, e individuação implica os traços definido e referencial, entendendo-se que, quanto mais individuado for o objeto, maior será o efeito da ação sobre ele.

Ainda que restrito ao seu modo mais convencional e tradicional possível, o conceito de transitividade pode, então, ser dividido em traços constituintes, cada qual focalizando um diferente aspecto de sua transferência em diferentes partes da oração.

Com base nessas propriedades e em seus traços constituintes, Hopper & Thompson formulam a hipótese da transitividade nos seguintes termos: se duas orações (a) e (b) de uma língua diferem de tal modo que (a) apresente alto grau maior de transitividade de acordo com qualquer um dos traços A-J, e, se uma diferença gramatical ou semântica concomitante aparece em algum outro lugar da oração, então tal diferença mostrará correlativamente que (a) tem grau maior de transitividade que (b).

A presença de um O manifesto é somente um traço da oração transitiva; essa propriedade coexiste com outras, como agentividade, cinese. Há, assim, tanto sentenças de alto grau de transitividade (*Susana saiu*) com um único participante quanto sentenças de baixo grau de transitividade com dois participantes (*Jeremias ama Sofia*). Orações do tipo *Me gusta la cerveza* e construções de antipassiva e incorporação de O têm a função de codificar orações tão baixas em transitividade quanto as intransitivas. A transitividade não é, como se vê, dicotômica, mas um

continuum; por isso orações sem O manifesto podem situar-se em algum lugar da linha contínua e não necessariamente no extremo intransitivo.

As línguas possuem universalmente estruturas morfossintáticas que refletem o grau de transitividade de uma oração. A difusão desses recursos e sua similaridade ao longo de línguas diferentes parecem demandar alto nível funcional. Sem conexão com a função discursiva, os componentes de transitividade têm, separadamente, somente um relacionamento arbitrário entre si. A função discursiva de cada componente da transitividade está relacionada ao relevo discursivo.

Examina-se, a seguir, a contribuição que cada uma dessas propriedades, caracterizadoras da transitividade, fornece à função de determinar o relevo discursivo.

Observemos inicialmente a propriedade *participante*. Há uma tendência para fundo estar associado a um único argumento e figura a mais de um, pois as partes do discurso que constituem o cenário e outros detalhes a ele subordinados tendem a ser expressas por meio de formas verbais que denotam estados, não havendo movimento da ação de um participante a outro.

Quanto à *cinese*, observa-se que orações de figura narram tipicamente eventos, isto é, indicam mudança de lugar ou condição, ao contrário de orações de fundo, cujo verbo é não cinético.

O *aspecto* se refere à telecidade da ação do predicado. Um predicado que especifica um ponto final ou um limite conceitual é considerado télico. Predicados télicos são geralmente figura, já que orações de figura recontam tipicamente seqüências de eventos que imitam sua ordem cronológica, como supostamente ocorreram. Cada evento é visto, então, em sua totalidade; do ponto de vista do discurso acha-se ligado, a seu começo, pelo término do evento precedente e, a seu fim, pelo início do próximo. As fronteiras criadas pela progressão discursiva têm uma correspondência natural, no nível da gramática da sentença, com as várias estratégias empregadas para limitar uma ação – incluindo aí a morfologia aspectual e os advérbios de tempo, que dão um limite explícito à ação. Em fundo, entretanto, eventos e situações não são limitados pelo discurso: são apresentados como progressivos, repetidos ou simultâneos aos eventos de figura.

O traço *punctualidade* se refere ao inesperado de uma ação, ou à ausência de uma clara fase transicional entre início e completude. Verbos punctuais contrastam com iterativos e durativos, denotando geralmente eventos discursivos que ocorrem em figura.

Os fatores *volitividade* e *agentividade* se referem ao grau de envolvimento do A na atividade do verbo. A proeminência dessas propriedades em figura deriva do fato de ser a linha da história desenvolvida tipicamente por pessoas que desempenham ações e, especialmente, por pessoas que deliberadamente iniciam eventos. Orações de figura tendem, além disso, a ter A mais à esquerda do que à direita da hierarquia de agentividade com uma topicalidade intrínseca, ou seja, são argumentos comumente definidos e referenciais.

As propriedades *modalidade* e *polaridade* implicam a raridade de orações negativas em figura, já que a negação implica uma digressão para um mundo possível, mas não real, enquanto eventos narrados implicam afirmação e acontecimentos reais.

As propriedades *afetabilidade* e *individuação* aplicam-se à natureza do argumento O. Uma vez que a afetabilidade total do objeto decorre de uma perfectividade semântica do verbo, é perfeitamente compreensível sua correlação com figura. Por O individuado entende-se o argumento referencial e definido. Objetos indefinidos são associados a estruturas intransitivas; isso sugere que tal argumento não constitui realmente um objeto, mas um simples acompanhamento adverbial do verbo.

Como veremos, no português, a ordem de constituintes, associada ao grau de transitividade, é um dos recursos para se indicar o relevo discursivo.

4. A função da ordem SV(O) na estruturação do discurso

A ordem SV(O) apresenta sempre um sujeito, a Origem, que, se não é agente, é pelo menos humano ou animado, e, por isso mesmo, é o ponto de vista e o tópico, o pressuposto. Dificilmente é o sujeito o elemento novo da sentença, já que discursos tendem a falar sobre seres humanos – de acordo com a tendência antropocêntrica do homem. O grau mínimo de transitividade que apresenta é três, na escala de Hopper & Thompson (op. cit.).

Em virtude de apresentar tanto o ponto de partida, o tópico, quanto o comentário, a ordem SV(O) contribui para a progressão do discurso já que conserva o mesmo sujeito, introduzindo material novo no predicado; mantém a continuidade de tópico e mostra dinamicidade, pois geralmente apresenta grau de transitividade acima de três. Devido a tais características, a ordem SV(O) fornece a linha principal de desenvolvimento do discurso, move-o para a frente. É mais empregada, portanto, na porção de *figura*. Um exemplo claro do papel de figura que desempenha a ordem (SV(O)) é o seguinte:

- (8) Inf. ...foi perdido...o pouco de café que nós tínhamos...o mato já tinha tomado conta...
então::o velho se aborreceu...e:: vendeu a fazenda nessa ocasião quando então ele
mudou-se para Santos...onde vive até hoje... (DID, n. 208, p. 92)

Nesse texto, em que o falante narra uma parte da sua vida, observa-se que, para fazer progredir o discurso, usa três orações com a ordem SV(O), conservando o mesmo sujeito/tópico (o velho) – *o velho se aborreceu, vendeu a fazenda, ele mudou-se para Santos* – e, como fundo, ele emprega a voz passiva – *foi perdido o pouco de café que nós tínhamos* – e uma oração com outro sujeito – *o mato já tinha tomado conta*.

5. A função da ordem VS na estruturação do discurso

Conforme já foi demonstrado, a ordem verbo-sujeito (VS) não define um ponto de partida lingüístico coincidindo com o ponto de vista, ou seja, não dispõe de um sujeito que é ao mesmo tempo o tópico. Não apresenta a Origem, mas tão-somente a Meta, o Fim do evento. É, na verdade, uma frase-comentário e, por isso, possibilita mudança de tópico e introdução de referente novo. É por isso também denominada de apresentacional – função já muito discutida na literatura (Votre & Naro, 1986).

Quando apresentacionais, as construções VS introduzem um novo tópico ou elemento novo no discurso, que pode tanto fornecer material de suporte quanto ser abandonado, servindo meramente para montar o cenário para o desenvolvimento do discurso. Para ilustrar o primeiro caso, observe-se o seguinte texto:

- (9) *existe uma...retenção de moeda uma demanda de moeda por motivo transação...existe uma demanda de moeda por motivo precaução...esses dois tipos de demanda de moeda já foram discutidos pelos clássicos pelos economistas clássicos.* (EF, n. 338, p. 28)

As duas sentenças com *existir* exercem a função de apresentar o novo tópico – os dois tipos de retenção de moeda – que passará a ser discutido pelo falante.

Já o exemplo seguinte mostra o uso da ordem VS como mera parte do cenário discursivo:

- (10) L1... e:: eu não fiz por falta de tempo porque eu me casei no:: tercei/ no no terceiro ano...de faculdade e daí logo *vieram as gêmeas* e eu não::...fiz...a Orientação no quarto ano porque a carga horária era muito grande...sabe? então eu... (D2, n. 360, p. 176)

Nesse caso, deve-se interpretar a oração VS – *vieram as gêmeas* – como um tipo de comentário marginal em relação ao fluxo principal do discurso, razão por que é logo abandonada a entidade por ela introduzida – *as gêmeas* –, servindo apenas como pano de fundo para a linha principal do discurso.

Há ainda, no *corpus* analisado, casos de *ser* existencial com valor apresentacional, indicando novas propriedades qualitativas:

- (11) Inf. uhn:: não me lembro viu?...não me lembro...agora...o::também houve uma época em que se costumava fazer...plantar árvores que:: encobrissem o café...então *era o:: chamado café coberto*...plantar por exemplo...ingá...pra cobrir o café porque... (DID, n. 18, p. 20)

As orações existenciais com verbo *ser*, no entanto, nem sempre são apresentacionais, nos termos da função já mencionada, de introduzir informação nova no discurso. Podem, ao contrário, ter por função finalizar um tópico, indicando que o discurso acabou e que o interlocutor pode, por sua vez, assumir o turno conversacional.

Têm, portanto, função de *coda*, conforme mencionada primeiramente por Labov (1978, p. 365).

A *coda* geralmente indica o fim de um turno de fala, ela dá ao ouvinte uma sensação de satisfação e completude, ou seja, indica que o tópico ou subtópico está encerrado. Tem ainda a propriedade de fazer a ligação entre o momento do início e fim da narrativa e o presente da enunciação, trazendo narrador e ouvinte de volta ao ponto de início da narrativa. Observe-se, a título de exemplificação, a seguinte narrativa extraída do *corpus*:

- (12) Inf. ...por exemplo uma hora deu um tumulto no aeroporto...porque nós precisávamos dum ônibus urbano para fazer uma das cenas do filme...e pedimos começamos a pegar pessoas da rua...que estavam ali no momento...pra participarem da cena dentro dum ônibus que nós havíamos conseguido da empresa...e todo mundo queria participar daquele jeito o ônibus ia ficar MAIS que superlotado porque todo mundo queria aparecer ((riu))...e o pior não é isso o pior é que todo mundo queria aparecer na janelinha fazendo tchau e alô papai alô mamãe o que o que era pior ainda né?...então tem esses problemas que nós tínhamos que enfrentar que o cinema profissional não tinha...mas valeu porque: *foi uma diversão fora do comum* um negócio muito bacana.... (DID, n. 161, p. 56)

A frase grifada é uma sentença independente que fecha o tópico do discurso, encerra a narração e indica que o interlocutor pode assumir a palavra, já que ambos os participantes estão de volta ao ponto de início da narrativa.

A análise do *corpus* do Projeto da Norma Urbana Culta de São Paulo mostra haver alguns casos de *coda* que encerram não narrativas propriamente ditas, mas subtópicos discursivos, observáveis nos exemplos abaixo:

- (13) L1 e uma coisa e outra...e agora vão dois para a escola mas...têm atividades extras...
L2 uhn uhn
L1 então é *um corre corre realmente* não é? (D2, n. 360, p. 140)

Nesse diálogo, a frase em itálico indica o fechamento do subtópico – a atividade diária do falante –, mostrando que, tendo-se esgotado o assunto, o falante considera encerrado o discurso, ritual comum de troca de turno conversacional.

No exemplo (14):

- (14) Inf. ...aquilo deve ser cansativo HORROROSO depois quando vai (a/ a/) encenar eu acho que o pessoal já está sabendo mais do que de cor eu tenho a impressão que *é um trabalho árduo é uma luta tremenda né?* (DID, n. 234, p. 108)

o falante encerra uma discussão sobre a elaboração de uma peça de teatro, emitindo, com a *coda*, sua opinião.

Já em (15):

- (15) Inf. *PREferivelmente batatas fritas né?...ou então pode ser também::o bife::a cavalo com ovo né?...ou então...o bife com::salada...são os três tipos...de acompanhamento para o meu coitado do meu bife ((riu))...* (DID, n. 235, p. 132)

o locutor, com a sentença em itálico, finaliza a descrição do subtópico – acompanhamentos de seu bife – questionado pelo documentador, passando-lhe, então, o turno conversacional.

Assim, a função de introduzir ou encerrar tópicos, própria da ordem VS, dá ao falante material para sustentar, ampliar ou comentar a linha principal do discurso.

Observa-se também que as orações VS indicam situações descritivas e estáticas necessárias para o entendimento de motivos e atitudes do falante. Contribuem, assim, para a descrição ou montagem do cenário com base no qual se elabora o discurso. Além disso, não precisam obedecer a uma ordem lógica; possibilitam mudança de tópico e introdução de informação nova, assim como alterações frequentes de sujeito. O grau máximo de transitividade que apresenta é três, numa escala de zero a dez, conforme Hopper & Thompson. Tais orações constituem, em outros termos, orações de *fundo*.

A análise dos dados mostrou que a ordem SV(O) predomina na porção de figura em 66,6% das ocorrências; a seqüência SV também ocorre com maior freqüência em figura (52,2%), enquanto a ordem VS predomina esmagadoramente na porção de fundo (80,2%). O quadro abaixo apresenta a relação entre a ordem de constituintes e o relevo discursivo.

	<i>Ordem</i>	<i>Figura</i>	<i>Fundo</i>
V2	SV(O)	66,6%	33,4%
V1~ e	SV	52,2%	47,8%
V1e	VS	19,8%	80,2%

Verifica-se que sentenças SV(O) são possíveis na porção de fundo. Mas isso ocorre somente quando apresentam um conjunto de traços característicos, ou seja, o verbo é de estado, o argumento é não agente, o aspecto é imperfectivo e/ou iterativo, o acontecimento é negado ou ainda irreal ou possível. Concluindo, sentenças SV(O) são fundo quando apresentarem baixa transitividade. Podemos confirmar isso no exemplo (8), acima citado, em que a sentença *o mato já tinha tomado conta* mostra grau de transitividade baixo em relação às outras sentenças SV(O), já que apresenta, marcados positivamente, apenas os traços cinese, polaridade, agentividade e modalidade, sendo participantes, aspecto, punctualidade, volitividade, afetabilidade e individuação do objeto marcados negativamente.

As orações VS, como já foi observado, representam fundo em 80,2% das ocorrências, restando apenas 19,8% para representar figura. Todos os exemplos de ordem VS apresentados até aqui correspondem a orações de fundo, uma vez que,

apresentando ou encerrando um tópico, não contribuem para a progressão discursiva, apenas suprem a linha principal do discurso com novas informações.

Os casos de ordem VS que, ao invés de dar suporte à linha do discurso, contribuem para seu desenvolvimento progressivo são raros, mas ocorrem, como o do exemplo que segue:

(16) Inf. evoluir evoluiu...evoluiu muito o teatro principalmente no Brasil...ma::s ainda falta muita coisa...tem muita coisa a desejar...primeiro...primeiro passo *existem pou-*
QUÍ::ssimos teatros... principalmente em São Paulo mas pouQUÍ::ssimos mesmo...

(DID, n. 161, p. 52)

A função não natural de representar figura, na sentença destacada em itálico, foi possível graças ao recurso próprio também do português, de inserir um elemento que previne o interlocutor de que é figura a sentença seguinte. Esse elemento, no caso em questão, é introdutor de itens, como *primeiro passo*, que dá ao interlocutor a certeza de que haverá outros, ou seja, previne-o de que a sentença seguinte é figura. As outras orações existenciais do exemplo exercem a função normal de fundo – *ainda falta muita coisa e tem muita coisa a desejar* –, somente aquela se torna figura, por ser introduzida por um elemento específico.

Deve-se observar ainda que, com relação ao grau de transitividade, o relevo discursivo é relativo ao texto em questão. No narrativo, por sua própria natureza, predominam sentenças altas em transitividade, ou seja, entre quatro (4) e dez (10) graus na escala. Já no descritivo e no dissertativo, também devido à sua natureza, o grau de transitividade varia entre um (1) e quatro (4). Isso não quer dizer que não haja sentenças de figura nos dois últimos e de fundo no primeiro. Em qualquer texto há tanto sentenças de fundo quanto de figura, mas as sentenças relativamente mais altas são sempre figura e as mais baixas, fundo.

6. Conclusão

Como vimos, a importância das duas ordens do português não fica restrita ao nível da descrição sentencial. Essas construções têm papéis bem definidos na estruturação do discurso. A ordem SV(O) é responsável pela progressão discursiva, uma vez que, mantendo o mesmo tópico, faz o discurso progredir com as informações novas colocadas no predicado. Normalmente são, portanto, orações de figura, já que referenciam objetivamente os fatos que compõem o evento. A função discursiva da ordem VS, por outro lado, é montar o cenário para o desenvolvimento do discurso, seja apresentando elementos novos, seja "cerrando a cortina", quando o falante dá por terminado o discurso, constituindo, desse modo, orações de fundo.

Este é um estudo funcionalista que alia o conteúdo categorial ao pragmático. Assim, não só a ordem VS é uma escolha motivada por fatores discursivos, mas

também a ordem SV(O), considerada não marcada e predominante, é resultado de necessidades discursivas.

PEZATTI, E. G. A functional approach to word order in spoken Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 37-56, 1994.

- **ABSTRACT.** *This paper deals with the functional meaning of the two natural word orders of spoken Portuguese SV(O) and VS SV(O) order, representing topic/comment relation, implies relatively high transitivity. Consequently, it is correlated with foregrounding, contributing to the discursive progression. On the other hand, VS order, presenting just the comment, implies low transitivity; consequently, it is correlated with backgrounding, contributing to set the discourse scene. Therefore, the two orders together with transitivity shape the grounding marks*
- **KEYWORDS.** *SV(O) and VS order, topic, comment, transitivity; grounding; background; foreground, coda.*

Referências bibliográficas

- 1 CASTILHO, A. T., PRETI, D. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo.* (Projeto NURC). São Paulo: T. A. Queiroz, 1986; 1987.
- 2 De LANCEY, S. An interpretation of split ergativity and related patterns. *Language*, Baltimore, v. 57, n. 3, p. 626-57, 1981.
- 3 DILLINGER, M. Forma e função na lingüística. *DELTA*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 395-407, 1991.
- 4 DIK, S. *Functional grammar.* Dordrecht, Cinnaminson: Foris Publication, 1981.
- 5 DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Funcionalism in linguistics.* Amsterdam: John Benjamins, 1987.
- 6 DIXON, R. M. W. Ergativity. *Language*, Baltimore, v. 55, n. 1, p. 59-138, 1979.
- 7 FILLMORE, C. The case for case. In: BACH, E., HARMS, R. T. (Ed.) *Universals in linguistic theory.* New York: Holt, 1968.
- 8 _____. The case for case reopened. In: COLE, P., SADOCK, J. M. *Syntax and semantics.* New York: Academic Press, 1977. v. 8.
- 9 GREENBERG, J. H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: _____. (Ed.) *Universals of language.* Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1963.
- 10 GUILLAUME, P. *Psicologia da forma.* São Paulo: Nacional, 1966.
- 11 HOPPER, P. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVON, T. (Ed.) *Syntax and semantics: discourse and syntax.* New York: Academic Press, 1979. v. 12.
- 12 HOPPER, P., THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Baltimore, v. 56, n. 2, p. 251-99, 1980.
- 13 LABOV, W. *Language in the inner city: studies in the Black English vernacular.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978.
- 14 _____. The overestimation of functionalism. In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics.* Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Publishing Co., 1987.

- 15 PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Araraquara, 1992. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.
- 16 _____. A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado. *Alfa* São Paulo, v. 37, p. 159-78, 1993.
- 17 PRETI, D., URBANO, H. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. (Projeto NURC). São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- 18 SILVEIRA, E. S. Análise da transitividade em narrativas. *Letras e Letras*, Uberlândia, v. 5, n. 1/2, p. 145-77, 1989.
- 19 _____. Relevância discursiva. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 49-64, 1992.
- 20 TARALLO, F. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.
- 21 VOTRE, S., NARO, A. J. Emergência da sintaxe como efeito discursivo. *Relatório final de subsídios sociolingüísticos do Projeto Censo à Educação*. Rio de Janeiro: FINEP, 1986. (Mimeogr.).